

## OMC EM BUENOS AIRES: AVANÇAREMOS?

**Roberto Rodrigues\***

Em dezembro acontece em Buenos Aires a décima primeira reunião ministerial da OMC, e a terceira no continente americano. A primeira foi em Seattle em 1998 quando as manifestações populares contra a globalização foram contundentes. A segunda foi em 2003, em Cancun, no México, na chamada Rodada de Doha, em que os Estados Unidos e a União Europeia tentaram um acordo parecido com o que tinham acertado em Blair House, ainda nos tempos do GATT, quando a posição dos países emergentes e fortes no agro ficaram de escanteio. No México, uma grande mobilização liderada pelo Brasil se opôs vitoriosamente a este acordo, dando origem ao G20, Grupo de Países Exportadores Agrícolas.

Desta vez, o debate em Buenos Aires estará centrado em 7 eixos principais.

O primeiro tratará de subsídios domésticos. Diferente do que aconteceu em Nairóbi, quando a atenção ficou concentrada nos subsídios às exportações, ela agora se volta para limitar os subsídios domésticos que distorçam o comércio. A proposta é complexa pois busca um limite máximo de subsídios internos, a ser aplicado em proporção aos valores produzidos em cada país membro da OMC.

Como sub-tema deste capítulo, será discutida a eliminação ou redução de subsídios à pesca, sempre tendo em vista a distorção comercial.

Um terceiro assunto será a definição de estoques reguladores públicos de alimentos que garantam a segurança alimentar, sem que isso tenha impacto negativo nos preços internacionais. O problema dos estoques reguladores tem sido de difícil solução, e os negociadores de Nairóbi o remeteram a Buenos Aires.

Outro tema de relevo, apresentado pela União Europeia, Hong Kong, Cingapura e China, diz respeito à transparência de informações. Aí se inclui o desenvolvimento de um portal da internet que permita plena consulta das partes interessadas sobre mudanças nas regras nacionais a respeito do que dispõe a OMC, medidas sanitárias e barreiras técnicas ao comércio.

Na mesma linha se insere um quinto item, a eliminação das chamadas barreiras regulatórias na área de e-commerce. Aí entram a assinatura eletrônica, proteção ao consumidor, incentivo à conectividade nos países pobres. Também fazem parte: proibição de direitos alfandegários digitais, livre fluxo de dados entre fronteiras e proibição de mecanismos de transferência tecnológica.

Por fim teremos dois temas super complexos: a facilitação de investimentos, que implica segurança jurídica reconhecida no interior dos países membros e, naturalmente, a questão central de facilitação de comércio (AFC). Neste item específico, em fevereiro desse ano, a OMC anunciou a entrada em vigor de um Acordo sobre Facilitação de Comércio, muito importante para simplificar os procedimentos de importação e exportação, buscando maior transparência na relação entre governos e operadores e também redução da burocracia no comércio internacional. A OMC avalia que este acordo pode aumentar as exportações mundiais em até 1 trilhão de dólares anuais. Agora falta regulamentar o AFC. Sem os avanços nestes dois importantes fatores de impedimento comercial, pouco se avançará em Buenos Aires.

Vamos torcer e trabalhar para tais avanços, que muito servirão aos interesses brasileiros.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente do LIDE Agronegócio.**

AGROANALYSIS - DEZ/2017 - OMC EM BUENOS AIRES: AVANÇAREMOS?